

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

VOL. 14

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF^a. DR^a. VIVIANE COELHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF^a. DR^a. MÁRCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
PROF. DR. SANDRO MANSUR GIBRAN
PROF. DR. ANTÔNIO CARLOS DINIZ MURTA

DIREITO EMPRESARIAL

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioly
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito empresarial

Coleção Conpedi/Unicuriuba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Márcia Carla Pereira Ribeiro / Sandro
Mansur Gibran / Antônio Carlos Diniz Murta.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.14 - 1ª ed.
Clássica Editora, 2014.

538p. :

ISBN 978-85-8433-002-7

1. Direito empresarial – teoria geral.

I. Título.

CDD 341.

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	14
GOVERNANÇA CORPORATIVA, FACULDADE OU DEVER? UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA AUTONOMIA PRIVADA DA VONTADE (Luciana Lima Grandinetti)	18
INTRODUÇÃO	19
GOVERNANÇA CORPORATIVA	21
A NOVA LEI DE SOCIEDADE ANÔNIMA	24
VONTADE	26
DA AUTONOMIA DA VONTADE	29
DA AUTONOMIA DA VONTADE E O DIREITO	32
DA AUTONOMIA PRIVADA DA VONTADE	35
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: ESTUDO DO CASO CAO A (Fabiano Eustáquio Zica Silva e Antônio Augusto Gonçalves Tavares)	43
INTRODUÇÃO	44
A PESSOA JURÍDICA	44
A DESCONSIDERAÇÃO POSITIVADA	47
A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO E EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	49
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA NA EXECUÇÃO – O CASO “CAOA”	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	66
O ESTABELECIMENTO VIRTUAL E SUA CONDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL SECUNDÁRIO (FILIAL) (Ana Caroline Faria Guimarães e Rúbia Carneiro Neves)	68
INTRODUÇÃO	69
INTERNET, SITES E COMÉRCIO ELETRÔNICO: BREVES CONSIDERAÇÕES	71
ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL: CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	78
SÍTIO ELETRÔNICO E O SEU ENQUADRAMENTO COMO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL SECUNDÁRIO (FILIAL)	81

CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	92
O PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CAPITAL SOCIAL E A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS (Almir Garcia Fernandes)	94
INTRODUÇÃO	95
ASPECTOS DO PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE	96
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE NO DIREITO PORTUGUÊS, ITALIANO E ALEMÃO	100
CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
BIBLIOGRAFIA	114
CONTROLE DOS ATOS SOCIETÁRIOS PELO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS: UMA VISÃO HISTÓRICA E ESTRUTURAL DAS JUNTAS COMERCIAIS (Paola Domingues Jacob)	116
INTRODUÇÃO	117
BREVE INTRÓITO HISTÓRICO: DOS PRIMÓRDIOS DO REGISTRO DE COMÉRCIO ATÉ A ATUALIDADE	118
ANÁLISE PONTUAL DA LEI Nº 8.934, DE 18.11.1994 E DO DECRETO Nº 1.800, DE 30.01.1996	124
ABORDAGEM DE DECISÕES JUDICIAIS SOBRE O CONTROLE DOS ATOS SOCIETÁRIOS PELO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	136
CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS	144
DANO REFLEXO E POR SUBSIDIARIEDADE NO DIREITO SOCIETÁRIO (Veronica Lagassi)	146
INTRODUÇÃO	147
A EVOLUÇÃO DO DANO SOB A ÓTICA JURÍDICA	148
JUSTIFICATIVA PARA O RECONHECIMENTO DO DANO REFLEXO E POR SUBSIDIARIEDADE NO DIREITO SOCIETÁRIO	152
CONCLUSÃO	159
BIBLIOGRAFIA	160
A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI - LEI 12.441/2011 (Áurea Moscatini)	163
INTRODUÇÃO	163
PANORAMA HISTÓRICO	164
O RISCO COMO ELEMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL	166
A HIERARQUIA E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS	169

PRINCIPAIS ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LEI SOBRE A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS	186
AS SOCIEDADES COOPERATIVAS E SEU REGIME JURÍDICO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (Berenice Sofal Delgado)	188
INTRODUÇÃO	189
CONCEITO DE SOCIEDADE COOPERATIVA	189
NATUREZA JURÍDICA DA SOCIEDADE COOPERATIVA	194
AS SOCIEDADES COOPERATIVAS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	198
CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE COOPERATIVA	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIA	217
MICROEMPRESA: ORDEM ECONÔMICA, FUNÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE (Ferreira, Jussara Suzi Assis Borges Nasser e Caminhoto, Rita Diniz)	220
INTRODUÇÃO	221
ORDEM ECONÔMICA E A MICROEMPRESA	221
A MICROEMPRESA: ORGANIZAÇÃO, FUNÇÃO ECONÔMICA E JURÍDICA	225
FUNÇÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE DA MICROEMPRESA	233
CONCLUSÃO	242
REFERÊNCIAS	243
MERCADO DE CAPITAIS PARA MICROEMPRESA E OS PRIMADOS DA ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL (Daniela Ramos Marinho Gomes)	247
INTRODUÇÃO	249
SOBRE AS MICROEMPRESAS NO BRASIL	250
ESBOÇO SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS NO BRASIL	253
O PRIMADO DA ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	257
CONCLUSÃO	263
REFERÊNCIAS	265
EFICÁCIA DO ACORDO DE ACIONISTAS NOS CASOS DE VOTO CONTRÁRIO OU ABSTENÇÃO NAS ASSEMBLEIAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO (Rodrigo de Oliveira Botelho Corrêa)	267
INTRODUÇÃO	268

NATUREZA JURÍDICA DO ACORDO DE ACIONISTAS	271
SUJEITOS DO ACORDO DE ACIONISTAS	273
FORMA	277
OBJETO: ESPÉCIES DE ACORDO DE ACIONISTAS	278
INADIMPLEMENTO DO ACORDO DE ACIONISTA: AUTOTUTELA E EXECUÇÃO ESPECÍFICA DA OBRIGAÇÃO	279
SÍNTESE CONCLUSIVA	282
REFERÊNCIAS	283
A EXCLUSÃO EXTRAJUDICIAL DE SÓCIO MINORITÁRIO EM SOCIEDADE LIMITADA: O ROL DE MOTIVOS QUE POSSIBILITAM A EXCLUSÃO EXTRAJUDICIAL POR JUSTA CAUSA DE SÓCIO MINORITÁRIO EM SOCIEDADE LIMITADA, SE PRESENTE NO CONTRATO SOCIAL, É EXAUSTIVO OU MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO? (Valesca Camargos Silva)	284
INTRODUÇÃO	285
PREVISÃO CONTIDA NO ARTIGO 1.085 DO ATUAL CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO	287
CONCLUSÃO	297
REFERÊNCIAS	298
PROBLEMAS NA APLICAÇÃO DO “CRAM DOWN” BRASILEIRO: UMA PROPOSTA ALINHADA À TEORIA DE RICHARD POSNER (Fabrício de Souza Oliveira e Keylla dos Anjos Melo)	299
INTRODUÇÃO	301
OS FUNDAMENTOS DA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA	302
A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA	303
O SISTEMA FALIMENTAR BRASILEIRO	305
A NOVA LEI DE FALÊNCIAS E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS (LEI Nº 10.101/05)	306
O CRAM DOWN	308
O CRAM DOWN NO BRASIL	311
A SOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA	313
A SOLUÇÃO SEGUNDO AS IDEIAS DE RICHARD POSNER	315
CONCLUSÃO	319
REFERÊNCIAS	319
A SEGURANÇA JURÍDICA NAS RELAÇÕES DE CRÉDITO E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS: UMA ANÁLISE DE EFICIÊNCIA DA LEI NO. 11.101/2005 NO QUE DIZ RESPEITO À PROTEÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO (Sarah Morganna Matos Marinho)	324
INTRODUÇÃO	325

A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E A EFICIÊNCIA DA LEI N.O 11.101/2005 NO QUE DIZ RESPEITO À PROTEÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO	328
OS DISPOSITIVOS DA LEI NO. 11.101/2005 QUE VISAM À PROTEÇÃO DO CRÉDITO NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	332
ESTUDO PRÁTICO: A AMOSTRA COLETADA NO ESTADO DO CEARÁ E O RECENTE POSICIONAMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL	340
CONCLUSÃO	346
REFERÊNCIAS	347
A PROBLEMÁTICA ENVOLVIDA PELA (IN)COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO, NA FASE DE EXECUÇÃO, DIANTE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSEQUÊNCIAS PARA O RAMO EMPRESARIAL (Janaína Elias Chiaradia e Luiz Eduardo Gunther)	349
INTRODUÇÃO	350
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, A ORDEM ECONÔMICA, OS ASPECTOS SOCIAIS CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	352
OS FUNDAMENTOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	359
A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO AMPLIADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004	361
O PROCESSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA E A LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	363
DA BUSCA POR UMA SOLUÇÃO DIANTE DO CONFLITO DE (IN)COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA DIANTE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	367
AS CONSEQUÊNCIAS PARA O RAMO EMPRESARIAL	372
CONSIDERAÇÕES FINAIS	374
REFERÊNCIAS	377
DIREITO FALIMENTAR: UMA ABORDAGEM JURÍDICA ACERCA DO CRIME DE CONTABILIDADE PARALELA E DA SENTENÇA COMO CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE (Maria Alice Pinheiro Nogueira)	379
INTRODUÇÃO	380
ATIVIDADE DE RISCO: A POSSIBILIDADE DE CRISE DA EMPRESA E A INSOLVÊNCIA DO EMPRESÁRIO	383
A CRISE DA EMPRESA	388
DIREITO EMPRESARIAL E O CRIME FALIMENTAR DE CONTABILIDADE PARALELA	390
A SENTENÇA COMO CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE	392
CONCLUSÃO	395
REFERÊNCIAS	397
CONFLITO ENTRE PRINCÍPIOS: AUTONOMIA DAVONTADE NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS E A PRESERVAÇÃO DAATIVIDADE EMPRESARIAL NA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA DE EMPRESAS (Renata Albuquerque Lima e Átila de Alencar Araripe Magalhães)	398

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA CONTRATUAL	399
TEORIA CONTRATUAL CLÁSSICA X TEORIA CONTRATUAL CONTEMPORÂNEA	400
ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL PRESENTE NA LEI NO. 11.101/2005	404
A CLÁUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA NOS CONTRATOS EMPRESARIAIS DIANTE DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE INSOLVÊNCIA DA EMPRESA (FALÊNCIA) OU DO DEFERIMENTO DA SUA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	407
CONCLUSÃO	411
REFERÊNCIAS	412
A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA CIRCULAÇÃO DE CRÉDITOS VIA DUPLICATA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS (Paulla Salazar Leite Campos e Priscilla Menezes da Silva)	414
INTRODUÇÃO	415
A ORIGEM DA DUPLICATA E SUAS PECULIARIDADES	416
A DUPLICATA E O DIREITO ESTRANGEIRO: TÍTULOS ESTRANGEIROS QUE SE APROXIMAM DA DUPLICATA	422
PROCEDIMENTO DE EMISSÃO E COBRANÇA	424
A DESMATERIALIZAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO: A DUPLICATA VIRTUAL	437
CONCLUSÃO	440
REFERÊNCIAS	441
APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO RENOVATÓRIA – A INTERPRETAÇÃO DO JUSTO EQUILÍBRIO ENTRE A TUTELA DO EMPRESÁRIO LOCATÁRIO E DO PROPRIETÁRIO LOCADOR (Eduardo Oliveira Agustinho e João Carlos Adalberto Zolandeck)	442
INTRODUÇÃO	443
ESTABELECIMENTO – NATUREZA JURÍDICA, ATRIBUTOS, ELEMENTOS E A PROTEÇÃO AO PONTO EMPRESARIAL	444
A AÇÃO RENOVATÓRIA, SUAS PECULIARIDADES E A PROTEÇÃO DO PONTO EMPRESARIAL	448
CONSIDERAÇÕES FINAIS	456
REFERÊNCIAS	456
CLÁUSULA DE RAIOS EM CONTRATOS DE LOCAÇÃO EM “SHOPPING CENTERS” (Leonam Machado de Souza)	458
INTRODUÇÃO	459
“SHOPPING CENTERS”	459
CLÁUSULA DE RAIOS	463
CONCLUSÃO	471
REFERÊNCIAS	472

CONTRATO DE ESCROW EM OPERAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES (Vicente de Paula Marques Filho e Amanda Goda Gimenes)	475
OPERAÇÕES DE FUSÕES E AQUISIÇÕES	476
CONTRATO DE DEPÓSITO ESCROW	481
CONCLUSÃO	489
REFERÊNCIAS	489
CONTRATOS DE PARCERIA E ALIANÇA ENTRE EMPRESAS: UMA ANÁLISE DA SUA IMPORTÂNCIA E DO CONTEÚDO JURÍDICO RELATIVO AO TRATAMENTO CONFERIDO POR LEI E JURISPRUDÊNCIA (Sérgio Henrique Tedeschi)	491
INTRODUÇÃO	492
PARCERIA E ALIANÇA ENTRE EMPRESAS	493
ESPÉCIES DE CONTRATOS DE PARCERIA E ALIANÇA ENTRE EMPRESAS	493
UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL EM CONTRATOS DE PARCERIA E ALIANÇA ENTRE EMPRESAS	510
CONCLUSÃO	513
REFERÊNCIAS	515
SISTEMA DE RESSEGURO BRASILEIRO E AMERICANO: CONVERGÊNCIAS POSSÍVEIS (Marcela Andresa Semeghini Pereira e Cátia Regina Rezende Fonseca)	517
INTRODUÇÃO	518
DEFINIÇÃO DE SEGURO, COSSEGURO, RESSEGURO E RETROCESSÃO	519
CONTEXTO DA ATIVIDADE RESSEGURADORA NO BRASIL	522
O MERCADO DE RESSEGURO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	529
PARAÍÇOS FISCAIS E TENDÊNCIAS DA REGULAÇÃO AMERICANA DE RESSEGURO	532
CONSIDERAÇÕES FINAIS	533
REFERÊNCIAS	534

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

